



Concurso Público para provimento de vagas de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal de sala para devolver este caderno de prova, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

O arroz da raposa

Julio Cortázar tem um conto que sai de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino brinca de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a mexer com as palavras. Para diante delas, estranha esta, questiona aquela. O menino de Cortázar, que devia ser ele mesmo, virava a palavra pelo avesso e se encantava. Saber que a leitura pode ser feita de trás para diante é uma aventura.

E às vezes dá certo. No conto “Satarsa”, a palavra é ROMA. Lida ao contrário, também faz sentido. Deixa de ser ROMA e vira AMOR. Para o leitor adulto e apressado, isso pode ser uma bobagem. Para o menino é uma descoberta fascinante. Olhos curiosos, o menino vê a partir daí que o mundo pode ser arrumado de várias maneiras. Não só o mundo das palavras. É a partir dessa possibilidade de mudar que o mundo se renova. E melhora.

Ou piora. Não teria graça se só melhorasse. O risco de piorar é fundamental na aventura humana. Mas estou me afastando da história do Cortázar. E sobretudo do que pretendo dizer. Ou pretendia. No embalo das palavras, vou me deixando arrastar de brincadeira, como o menino do conto. Um dia ele encontrou esta frase: “Dábale arroz a la zorra el abad”. Em português, significa: “O vigário dava arroz à raposa”. Soa estranho isso, não soa?

Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista, mas o que importa é que a oração em espanhol pode ser lida de trás para diante. E fica igualzinha. Pois este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor. Isto sou eu quem digo.

Ele percebeu aí que as palavras podem se relacionar de maneira diferente. E mágica. Sem essa consciência, não há poeta, nem poesia. Como a criança, o poeta tem um olhar novo. Lê de trás para diante. Cheguei até aqui e não disse o que queria. Digo então que tentei uma série de anagramas com o Brasil de hoje. Quem sabe virando pelo avesso a gente acha o sentido?

(Adaptado de Otto Lara Resende. **Bom dia para nascer**. S.Paulo: Cia. das Letras, 2011. p.296-7)

1. No texto, o autor sugere que

- (A) as frases mais estranhas seriam aquelas mais plenas de sentido.
- (B) as palavras só adquiririam sentido quando lidas pelo avesso.
- (C) o conhecimento do Brasil atual só pode ser aprofundado por meio da poesia.
- (D) o conto “Satarsa”, de Julio Cortázar, seria autobiográfico.
- (E) a poesia só seria válida quando colocada a serviço da atuação política.

2. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (A) *sobretudo do que pretendo dizer* = mormente do que tenciono exprimir
- (B) *a frase é bastante surrealista* = a oração é um tanto quanto pictórica
- (C) *O risco de piorar é fundamental* = A possibilidade de onerar é insofismável
- (D) *tentei uma série de anagramas* = busquei diferentes antíteses
- (E) *virava a palavra pelo avesso* = trocava o vocábulo de lugar

3. Ou pretendia.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... ao que der ...
- (B) ... virava a palavra pelo avesso ...
- (C) Não teria graça ...
- (D) ... um conto que sai de um palíndromo ...
- (E) ... como decidiu o seu destino de escritor.

4. Ao se substituir o elemento grifado em um segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

- (A) *Julio Cortázar tem um conto* = Julio Cortázar tem-no
- (B) *ele encontrou esta frase* = ele encontrou-a
- (C) *desarticular as palavras* = desarticular-lhes
- (D) *dava arroz à raposa* = dava-lhe arroz
- (E) *não só encantou o menino* = não só o encantou

5. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A frase *Sem essa consciência, não há poeta* pode ser corretamente reescrita do seguinte modo: **Não há essa consciência em quem não seja poeta.**
- II. A frase *este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor* tem seu sentido corretamente reproduzido nesta outra construção: **este palíndromo, além de ter encantado o menino Cortázar, decidiu o seu destino de escritor.**
- III. Em *Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista*, a substituição do verbo **é** por **parecia** implica a alteração do segmento grifado para **um menino aberto ao que desse e viesse**.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

6. *Não teria graça se só melhorasse.*

O elemento grifado na frase acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) conquanto.
- (B) porquanto.
- (C) caso.
- (D) pois.
- (E) embora.



7. Julio Cortázar tem um conto que de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a com as palavras.

Respeitando-se a correção gramatical, as lacunas da frase acima podem ser preenchidas, na ordem dada, por:

- (A) se prende - joga - conviver
 (B) procede - distrai-se - praticar
 (C) nasce - entretém-se - manipular
 (D) se inspira - cuida - cultivar
 (E) provém - ocupa-se - lidar

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) Como já se disse, poeta é aquele que, ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (B) Como, já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo, com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (C) Como já se disse poeta é aquele, que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia acumulamos, ao longo da vida adulta.
- (D) Como já se disse poeta, é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos, e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia acumulamos ao longo da vida adulta.
- (E) Como já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se, conscientemente, à difícil arte do desaprender passa a ver, o mundo, com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que quase sempre, à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto apresentado abaixo.

Comprometido no plano nacional com os direitos humanos, com a democracia, com o progresso econômico e social, o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa.

Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.

A ONU constitui o foro privilegiado para a tomada de decisões de alcance global, sobretudo aquelas relativas à paz e à segurança internacionais e a ações coercitivas, que englobam sanções e uso da força.

A relação entre a promoção da paz e segurança internacionais e a proteção de direitos individuais evoluiu de forma significativa ao longo das últimas décadas, a partir da constituição das Nações Unidas, em 1945.

Desde a adoção da Carta da ONU, a relação entre promover direitos humanos e assegurar a paz internacional passou

por várias etapas. Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança – órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Queimar etapas e precipitar o recurso à coerção atenta contra os princípios do direito internacional e da Carta da ONU. Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos em sua universalidade e indivisibilidade, como consagrado na Conferência de Viena de 1993, a atuação brasileira deve ser definida caso a caso, em análise rigorosa das circunstâncias e dos meios mais efetivos para tratar cada situação específica.

Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos. Não podemos correr o risco de regredir a um estado em que a força militar se transforme no árbitro da justiça e da promoção da paz.

(Adaptado de Antonio de Aguiar Patriota. "Direitos humanos e ação diplomática". Artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, em 01/09/2011, e disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/-ministro-estado-relacoes-exteriores/direitos-humanos-e-acaodiplomatica-folha-de-s.paulo-01-09-2011>).

9. Ao considerar o posicionamento do Brasil, o autor do texto

- (A) critica a inoperância da *comunidade internacional* que, em sua visão, desde a criação da Carta da ONU, nada fez para assegurar a defesa dos direitos humanos e, assim, provocou guerras e genocídios.
- (B) assinala a diferença entre *responsabilidade de proteger* e *responsabilidade ao proteger*, o que significa que o país defende o uso de ações militares para restaurar a paz apenas como último recurso.
- (C) entende como necessário, embora não desejável, lançar mão da *força militar*, ainda que sem a legitimação do Conselho de Segurança da ONU, para garantir a proteção dos direitos humanos em situações de conflito.
- (D) reconhece a necessidade de se recorrer à *ação coercitiva*, ou seja, à intervenção militar, sempre que a segurança internacional for posta em risco, conforme consagrado na *Conferência de Viena de 1993*.
- (E) estabelece, de modo realista, *um elo automático entre a coerção e a promoção da democracia*, o que justifica a primazia da intervenção militar, medida necessária nos casos em que a promoção da paz evidentemente não se daria pelo diálogo.



10. Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional [...] observe outro preceito ...

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) é observado.
- (B) seja observado.
- (C) ser observado.
- (D) é observada.
- (E) for observado.

11. ... o recurso à coerção **atenta** contra os princípios do direito internacional...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) *Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos...*
- (B) *... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...*
- (C) *A ONU constitui o foro privilegiado para ...*
- (D) *Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...*
- (E) *... a relação [...] passou por várias etapas.*

12. Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.

Mantendo-se a correção e a lógica, uma redação alternativa para a frase acima está em:

- (A) Deve ser especialmente evitada posturas que possam contribuir, embora de maneira apenas indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.
- (B) Posturas que contribuem, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitados, ainda que indiretamente.
- (C) Ainda que contribua, apenas indiretamente, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, tais posturas devem ser especialmente evitadas.
- (D) Posturas que contribuam, mesmo que de maneira indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitadas.
- (E) Conquanto contribuam apenas de modo indireto, posturas que estabeleçam elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitados.

13. Do mesmo modo que no segmento **ameaça à paz e à segurança**, o sinal indicativo de crase também está corretamente empregado em:

- (A) O mais grave foi a ameaça à integridade física da vítima.
- (B) A crise econômica ameaça à preservação do acervo de vários museus.
- (C) Certos animais reagem agressivamente a ameaças à seus interesses.
- (D) Houve ameaça à grupo de manifestantes presos durante protesto.
- (E) A censura ameaça à liberdade de criação.

14. Atente para as afirmações abaixo.

- I. *Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.* (2º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *sociedade*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

- II. *O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.* (7º parágrafo)

As vírgulas que isolam o segmento *em determinada situação específica* podem ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.

- III. *Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".* (5º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *90*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

15. O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está destacado em:

- (A) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países **é** extremamente necessária.
- (B) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) **há** de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.
- (C) A comunidade internacional **trata** os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.
- (D) A maior parte dos países **compreende** que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.
- (E) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, **reconhece** uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.



Atos Normativos

16. Nos termos da Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau NÃO poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses

- (A) políticos, apenas.
- (B) pessoais ou partidários, apenas.
- (C) pessoais, apenas.
- (D) partidários ou políticos, apenas.
- (E) pessoais, políticos ou partidários.

17. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau

- (A) proíbe atitudes discriminatórias ou preconceituosas, todavia, permite de forma excepcional, atos que caracterizem proselitismo partidário.
- (B) dispõe que a conduta de seus destinatários deve ser pautada por princípios, dentre eles, a moralidade e a integridade.
- (C) integrará todos os contratos de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, salvo os contratos de estágio.
- (D) não tem por finalidade oferecer atitudes que orientem decisões institucionais.
- (E) prescreve que seus destinatários devem observá-lo, não sendo necessário, no entanto, firmar termo de compromisso declarando ciência e adesão.

18. De acordo com as disposições previstas no Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, considere:

- I. É de responsabilidade dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens pertencentes aos órgãos onde atuam, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis, com exceção dos bens intangíveis.
- II. Os recursos de comunicação e tecnologia de informação disponíveis no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo grau devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso.
- III. É obrigatório aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.
- IV. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo grau exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental.

Está correto o que consta em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

19. Em fevereiro do ano corrente, Plínio, perito judicial, pretendendo atuar em uma determinada vara cível da Justiça Federal de Alagoas, na qual jamais havia sido nomeado, entrega, juntamente com seu portfólio e com o intuito de divulgar seu trabalho e possibilitar sua indicação pelo chefe do respectivo cartório aos juízes que atuam na vara, uma caixa de vinho francês e um aparelho de DVD portátil a Reinaldo, servidor público federal e chefe do cartório da mencionada vara cível. Cumpre salientar que Reinaldo aceita o presente, agradecendo a gentileza de Plínio. A conduta de Reinaldo

- (A) constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.
- (B) é expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, para os cargos específicos de perito judicial.
- (C) não constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora seja uma atitude antiética.
- (D) é válida, pois os presentes estão acompanhados do portfólio do perito, ou seja, a finalidade da gentileza é divulgar o trabalho do *expert*.
- (E) é válida, desde que Plínio não passe a atuar em perícias na mencionada vara.

20. Túlio, analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, é surpreendido, no seu local de trabalho, por um jornalista que o solicita informações acerca de um importante processo judicial, que tramita em segredo de justiça, para futura publicação em jornal de âmbito nacional. Túlio, embora não mostre o processo judicial, relata o teor de decisão judicial nele proferida, objetivando, no seu entender, garantir a liberdade de imprensa. Túlio

- (A) agiu corretamente, pois apenas narrou o conteúdo de decisão, sem mostrar ou entregar o processo judicial ao jornalista.
- (B) não poderia ter relatado o conteúdo do processo judicial, salvo se o fizesse por meio da assessoria de imprensa do Tribunal.
- (C) não poderia, em qualquer hipótese, ter relatado o conteúdo do processo judicial ao mencionado jornalista.
- (D) não violou o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora sua conduta caracterize quebra de sigilo funcional.
- (E) praticou conduta expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

<p>21. A modalidade licitatória pregão</p> <p>(A) aplica-se para aquisição de bens e serviços comuns, podendo ser adotada também para as compras efetuadas pelo sistema de registro de preços.</p> <p>(B) aplica-se para a aquisição e alienação de bens de natureza comum, afastada a sua aplicação nas compras efetuadas pelo sistema de registro de preços.</p> <p>(C) não se aplica às compras efetuadas pelo sistema de registro de preços, salvo para aquisição de bens de natureza especial.</p> <p>(D) aplica-se para contratação de serviços e obras de natureza comum e aquisição de bens, salvo se adotado o sistema de registro de preços.</p> <p>(E) não se aplica à contratação de serviços de engenharia e contratação de obras, salvo às de pouca complexidade técnica.</p>	<p>24. Constitui atributo dos atos administrativos:</p> <p>(A) Presunção de legitimidade, o que afasta possibilidade de apreciação judicial, salvo para os atos vinculados.</p> <p>(B) Autoexecutoriedade, que autoriza a Administração a colocar o ato em execução, empregando meios diretos e indiretos de coerção, na forma prevista em lei.</p> <p>(C) Exigibilidade, que autoriza a Administração a utilizar meios coercitivos para o seu cumprimento nos termos da lei, sempre com a intervenção do Poder Judiciário.</p> <p>(D) Tipicidade, que impede a Administração de praticar atos de natureza discricionária.</p> <p>(E) Presunção de veracidade, que afasta a possibilidade de revogação, salvo por vício de legalidade.</p>
<p>22. A Administração contratou a reforma de edifício público e, no curso da execução do contrato, constatou a necessidade de acréscimos nas obras inicialmente contratadas. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a Administração</p> <p>(A) não poderá aditar o contrato para introduzir acréscimos sob pena de violação ao procedimento licitatório.</p> <p>(B) somente poderá aditar o contrato para introduzir acréscimo em seu objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(C) poderá alterar o contrato, unilateralmente, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(D) somente poderá alterar o contrato com a concordância do contratado, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial, cabendo o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com as condições vigentes no momento da alteração.</p> <p>(E) somente poderá alterar o contrato na hipótese de comprovar a ocorrência de eventos supervenientes e sempre até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.</p>	<p>25. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,</p> <p>(A) os atos de caráter normativo podem ser objeto de delegação a órgão de composição colegiada.</p> <p>(B) a decisão de recursos administrativos pode ser delegada à autoridade superior ou por esta avocada.</p> <p>(C) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de avocação.</p> <p>(D) um órgão administrativo pode delegar competência a outro órgão, se não houver impedimento legal, quando for conveniente em razão de circunstâncias de índole técnica.</p> <p>(E) é possível a delegação a outro órgão ou titular, quando não expressamente vedada, salvo para órgãos hierarquicamente subordinados ao detentor da competência original.</p>
<p>23. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público responde pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo, pela prática de um determinado ato, ser responsabilizado</p> <p>(A) civil, penal e administrativamente, afastando-se a responsabilidade administrativa no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.</p> <p>(B) civil, penal e administrativamente, não cabendo cumulação das sanções.</p> <p>(C) civil, penal e administrativamente, sendo as sanções independentes entre si, salvo no caso de condenação criminal, que absorve as demais penalidades.</p> <p>(D) civil e administrativamente, aplicando-se a responsabilidade civil como decorrência da constatação da falta administrativa.</p> <p>(E) penal e administrativamente, afastando-se a responsabilidade administrativa no caso de absolvição criminal por insuficiência de provas.</p>	<p>26. A respeito das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993,</p> <p>(A) nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.</p> <p>(B) nos casos em que couber concorrência, a Administração poderá realizar licitações separadas para parcelas do mesmo objeto, adotando a modalidade convite.</p> <p>(C) em se tratando de alienação de imóvel, a modalidade cabível é o convite.</p> <p>(D) leilão é a modalidade cabível para compras de bens ou fornecimento de natureza contínua, quando adotado o sistema de registro de preços.</p> <p>(E) concurso é a modalidade cabível para contratação de profissional do setor artístico, vedada a instituição de prêmios.</p>

**Direito Constitucional**

27. Uma brasileira naturalizada, casada com um italiano e residente no país de origem de seu marido, dá à luz filhas gêmeas e pretende, dentro de poucos anos, voltar em caráter definitivo para o Brasil com a família. De acordo com a Constituição da República, as crianças
- (A) são consideradas estrangeiras enquanto residirem fora do país, podendo ser brasileiras naturalizadas, após fixarem residência no Brasil, desde que optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (B) serão consideradas brasileiras natas desde que sejam registradas em repartição brasileira competente ou, após sua mudança para o Brasil, optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (C) são consideradas brasileiras naturalizadas, assim como a mãe, estando, contudo, sujeitas à perda da nacionalidade brasileira, na hipótese de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei do país em que residiam à época do nascimento.
 - (D) poderão requerer a nacionalidade brasileira desde que residam no Brasil por mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, caso em que serão consideradas brasileiras naturalizadas.
 - (E) poderão, na forma da lei, adquirir a nacionalidade brasileira, exigidas apenas residência por um ano ininterrupto no Brasil e idoneidade moral, pelo fato de serem filhas de brasileira naturalizada.
-
28. Um cidadão requer vista de processo administrativo relativo a um contrato de aquisição de materiais de escritório por uma autarquia federal, a fim de obter informações e documentos para instruir representação perante os órgãos de controle externo a que se sujeita a entidade. O dirigente da entidade recusa o pedido de vista. Nesta hipótese, a fim de ver sua pretensão reconhecida, o cidadão está legitimado para a propositura de
- (A) *habeas data*, de competência do juiz federal.
 - (B) mandado de segurança, de competência do juiz federal.
 - (C) mandado de segurança, de competência originária do Tribunal Regional Federal.
 - (D) *habeas data*, de competência originária do Tribunal Regional Federal.
 - (E) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
-
29. A partir de denúncia formulada anonimamente à ouvidoria de um órgão federal, descobre-se que determinado imóvel rural destinado ao cultivo de cacau utiliza-se de mão de obra em condições análogas à escravidão, o que é confirmado após oitiva de testemunhas e realização de inspeção *in loco* por agentes governamentais. A União pretende desapropriar o imóvel em questão, para fins de reforma agrária. Nessa hipótese, considerada a disciplina da matéria na Constituição da República, a União
- (A) não poderá proceder à desapropriação, pois os imóveis produtivos não se sujeitam à reforma agrária, devendo a lei garantir-lhes tratamento especial.
 - (B) somente poderá proceder à desapropriação se, mesmo notificado o proprietário a dar ao imóvel destinação definida em plano diretor municipal, a situação permanecer inalterada.
 - (C) poderá desapropriar o imóvel, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
 - (D) não poderá desapropriar o imóvel, pois a eventual infração à legislação trabalhista não é considerada razão de descumprimento da função social da propriedade pela Constituição.
 - (E) deverá encaminhar o caso ao Estado da federação em que situado o imóvel, por serem de competência estadual, e não federal, as medidas visando à desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária.
-
30. A respeito da disciplina constitucional do Ministério Público da União, como órgão que exerce função essencial à Justiça, considere:
- I. O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
 - II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - III. Lei complementar da União, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral da República, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, observadas, relativamente a seus membros, as garantias e vedações estabelecidas na Constituição da República.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.



<p>31. Conversação telefônica mantida entre duas pessoas é gravada por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, com a intenção de produzir prova para defesa própria em processo criminal. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a gravação é considerada</p> <p>(A) prova obtida por meio ilícito, não podendo ser utilizada no processo, embora possam ser aproveitadas processualmente provas obtidas a partir de elementos colhidos na gravação.</p> <p>(B) ofensiva ao direito de intimidade daquele que desconhecia sua realização, razão pela qual sua utilização como meio de prova depende da concordância prévia deste.</p> <p>(C) ofensiva à garantia do sigilo das comunicações telefônicas, que somente podem ser interceptadas por determinação judicial, razão pela qual não serve como meio de prova.</p> <p>(D) ofensiva à garantia do contraditório e da ampla defesa, uma vez que produzida sem o conhecimento de uma das partes envolvidas, o que impede sua utilização no processo.</p> <p>(E) lícita, podendo ser utilizada no processo para os fins pretendidos.</p>	<p>34. A venda realizada de ascendente para descendente, sem o expresso consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, quando casado pelo regime da comunhão parcial de bens é</p> <p>(A) nula.</p> <p>(B) válida.</p> <p>(C) inoficiosa.</p> <p>(D) anulável.</p> <p>(E) ineficaz.</p>
<p>32. Considera-se mecanismo de controle de constitucionalidade jurisdicional repressivo, previsto na Constituição da República,</p> <p>(A) o veto parcial ou total do Presidente da República a projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.</p> <p>(B) a suspensão, no todo ou em parte, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) o mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, em face de ausência de norma regulamentadora de direito fundamental cuja elaboração seja atribuição de Assembleia Legislativa estadual.</p> <p>(D) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, em face da Constituição da República.</p> <p>(E) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>35. Sobre o mandato, é correto afirmar:</p> <p>(A) O mandatário não tem direito de retenção sobre a coisa de que tenha a posse em virtude do mandato, pelo reembolso do que no desempenho do encargo despendeu.</p> <p>(B) A morte do mandante não faz cessar imediatamente o mandato quando o negócio já houver começado e houver perigo na demora.</p> <p>(C) O terceiro com quem o mandatário tratar os negócios do mandante não poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.</p> <p>(D) Quando o mandato for outorgado por instrumento público, não se poderá substabelecer por instrumento particular.</p> <p>(E) A conclusão do negócio atribuído ao mandatário não é causa determinante para a cessação do mandato.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>33. Quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante com direitos iguais aos do credor satisfeito, tem-se configurada a</p> <p>(A) sub-rogação convencional.</p> <p>(B) sub-rogação legal.</p> <p>(C) cessão de crédito.</p> <p>(D) novação passiva.</p> <p>(E) imputação de pagamento.</p>	<p>36. Se o condômino de coisa indivisível vender sua fração ideal sem dar preferência aos demais condôminos,</p> <p>(A) a venda, como ato jurídico, é nula de pleno direito, pois não obedeceu forma prescrita em lei.</p> <p>(B) o direito de preferência para ser exercido pelo condômino preterido deverá estar registrado na matrícula do imóvel.</p> <p>(C) não há direito de preferência na propriedade em condomínio de coisa indivisível.</p> <p>(D) o condômino preterido poderá, apenas, pedir perdas e danos.</p> <p>(E) o condômino preterido, respeitado o prazo legal, pode depositar o preço pelo qual a fração foi vendida a terceiro e havê-la para si.</p> <p>37. Maria do Carmo comprou um vestido de noiva que pertenceu a Elizabeth Taylor de Leiloarte S/A para o seu casamento que se realizaria dia 20/10/2011, dia agendado também para a entrega do vestido. Em 10/10/2011 houve uma forte tempestade na cidade e um raio incendiou o atelier de costura onde o vestido de Maria do Carmo estava guardado. Nesse mesmo dia, vários incêndios ocorreram na cidade, também causados por raios. Neste caso, a obrigação é de</p> <p>(A) dar coisa certa e se perdeu com culpa do devedor que deverá devolver as importâncias recebidas.</p> <p>(B) fazer e se perdeu com culpa do devedor que deverá indenizar Maria do Carmo por perdas e danos.</p> <p>(C) dar coisa certa e se perdeu sem culpa do devedor, resolvendo-se.</p> <p>(D) dar coisa certa e se perdeu quando o devedor já estava em mora.</p> <p>(E) fazer e pode ser executada por terceiro à custa do devedor que agiu com culpa.</p>



38. Com relação à usucapião urbana, é INCORRETO afirmar:
- (A) O possuidor não poderá ser proprietário de outro imóvel, rural ou urbano.
 - (B) O possuidor deverá utilizar a área para sua residência e de sua família.
 - (C) A área deverá ser superior a 250 metros quadrados.
 - (D) O possuidor deverá exercer a posse por 5 (cinco) anos.
 - (E) O possuidor pode ser casado ou solteiro.

Direito Processual Civil

39. O ato processual da citação
- (A) é formal e não admite convalidação.
 - (B) é formal, mas sua eventual efetivação irregular pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.
 - (C) pode ser realizado por mandado, a ser cumprido por Oficial de Justiça, ou verbalmente, por ato do Escrivão do cartório.
 - (D) será efetivado sempre via postal ou frustrado este meio, por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça.
 - (E) será efetivado apenas pessoalmente ao réu ou a seu representante legal.

40. Sobre as intimações, está correto afirmar:
- (A) Efetuam-se de ofício, em processos pendentes, salvo disposição em contrário.
 - (B) É prescindível que da publicação dos atos processuais constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação.
 - (C) A intimação pelo correio far-se-á quando frustrada a realização por Oficial de Justiça.
 - (D) Consideram-se realizadas sempre no primeiro dia útil seguinte ao dia de sua ocorrência.
 - (E) A intimação do Ministério Público será feita por meio do Diário Oficial do Estado.

41. No tocante aos prazos processuais,
- (A) salvo estipulação em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
 - (B) é possível às partes, desde que consensualmente, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
 - (C) o prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, mas é interrompido nos feriados.
 - (D) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações só obrigam o comparecimento após decorridos cinco dias.
 - (E) não havendo preceito legal nem fixação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

42. Com relação à capacidade processual é correto afirmar:
- (A) No atual sistema jurídico pátrio, os cônjuges não necessitam do consentimento do outro para a propositura de ação de qualquer natureza.
 - (B) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, em nenhuma hipótese.
 - (C) A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juizes e pelos integrantes do Ministério Público, nos termos da lei.
 - (D) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
 - (E) Ambos os cônjuges serão citados, necessariamente, para as ações que versem sobre direitos pessoais mobiliários.

43. Sobre a formação e extinção do processo, considere:
- I. O processo civil começa por impulso oficial, desenvolvendo-se por iniciativa da parte.
 - II. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
 - III. O processo será extinto, sem resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- Está correto o que consta em
- (A) II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.

44. Compete ao juiz
- (A) sentenciar ou despachar nos autos, salvo em caso de lacuna ou obscuridade da lei.
 - (B) decidir, como regra geral, por equidade os processos de sua competência.
 - (C) decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - (D) apreciar a prova de modo tarifado, hierarquizado, atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, desde que alegados pelas partes.
 - (E) julgar a causa como lhe parecer mais conveniente ou adequado, independentemente do pedido formulado pela parte.



<p>45. Em relação à execução:</p> <p>(A) Podem ser executados os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis.</p> <p>(B) Entre outros, são absolutamente impenhoráveis os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.</p> <p>(C) À falta de outros bens, podem ser penhorados os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, mesmo que destinados à satisfação de prestação alimentícia.</p> <p>(D) É penhorável a quantia depositada em caderneta de poupança, de qualquer valor, salvo se ficar provado que se destina à futura aposentadoria do executado.</p> <p>(E) O seguro de vida é penhorável, por não ter natureza de crédito alimentício.</p>	<p>49. No concurso entre causas de aumento e de diminuição de pena, previstas na parte geral do Código Penal, o juiz, ao aplicar a pena,</p> <p>(A) desconsiderará a causa que não tiver relação com o liame subjetivo da conduta do agente.</p> <p>(B) poderá limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou a que mais diminua a pena.</p> <p>(C) deverá obrigatoriamente considerar ambas as causas.</p> <p>(D) considerará preponderante a reincidência sobre qualquer outra.</p> <p>(E) resolverá o concurso aparente aplicando o princípio da consunção.</p>
<p>46. No que se refere aos recursos,</p> <p>(A) o recurso adesivo não está sujeito a preparo, servindo, para tanto, o realizado pela parte no apelo principal.</p> <p>(B) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.</p> <p>(C) dos despachos cabe apenas o recurso de agravo, retido ou por instrumento.</p> <p>(D) ao recorrer, cabe sempre à parte impugnar inteiramente a sentença recorrida.</p> <p>(E) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir de recurso interposto.</p>	<p>50. Em audiência judicial, o intérprete que, dolosamente, traz declaração de testemunha de modo contrário ao teor do depoimento, todavia que se retrata por escrito, depois de proferida a sentença, mas antes do trânsito em julgado,</p> <p>(A) não comete o crime de falso testemunho ou perícia por ocorrência de causa excludente da ilicitude.</p> <p>(B) comete o crime de falso testemunho ou falsa perícia no modo tentado.</p> <p>(C) não comete o crime de falso testemunho ou perícia, pois intérprete não é testemunha ou perito.</p> <p>(D) comete o crime de falso testemunho ou perícia, mas está isento de pena pela retratação.</p> <p>(E) comete o crime de falso testemunho ou falsa perícia no modo consumado.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>47. O princípio, segundo o qual se afirma que o Direito Penal não é o único controle social formal dotado de recursos coativos, embora seja o que disponha dos instrumentos mais enérgicos, é reconhecido pela doutrina como princípio da</p> <p>(A) lesividade.</p> <p>(B) intervenção mínima.</p> <p>(C) fragmentariedade.</p> <p>(D) subsidiariedade.</p> <p>(E) proporcionalidade.</p>	<p>51. Em matéria de crimes ambientais (previstos na Lei nº 9.605/1998) e da responsabilidade das pessoas jurídicas,</p> <p>(A) a lei prevê apenas a responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica e penal de seus representantes legais.</p> <p>(B) a responsabilidade penal da pessoa jurídica depende da verificação de dolo do administrador.</p> <p>(C) a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.</p> <p>(D) caberá apenas a responsabilidade civil quando a infração for cometida por decisão de seu representante legal, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.</p> <p>(E) pelo princípio constitucional da individualização da pena, não caberá, em hipótese alguma, a responsabilidade penal da pessoa jurídica.</p>
<p>48. Em matéria penal, a embriaguez incompleta, resultante de caso fortuito ou de força maior,</p> <p>(A) não suprime a imputabilidade penal, mas diminui a capacidade de entendimento gerando uma causa geral de diminuição de pena.</p> <p>(B) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, não operando qualquer efeito na aplicação da pena.</p> <p>(C) é hipótese de elisão da imputabilidade penal porque afeta a capacidade de compreensão, tornando o agente isento de pena.</p> <p>(D) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, servindo como circunstância agravante.</p> <p>(E) embora não suprima a imputabilidade penal, é censurável, e serve como circunstância agravante.</p>	<p>52. A ação penal em crimes previstos na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) é</p> <p>(A) pública condicionada, legitimados os vencidos no processo licitatório.</p> <p>(B) pública condicionada à representação pelo órgão público lesado.</p> <p>(C) exclusivamente privada, legitimados os vencidos no processo licitatório.</p> <p>(D) pública incondicionada em todas as hipóteses.</p> <p>(E) pública condicionada, legitimados os vencidos no processo licitatório e o órgão público lesado.</p>



Direito Processual Penal

53. Sobre a competência processual pela prerrogativa de função,
- (A) é definida aos Tribunais relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.
- (B) é definida pelo Código de Processo Penal exclusivamente às hipóteses de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não é deferida em nenhuma hipótese aos Tribunais Regionais Federais.
- (D) a ação de improbidade, de que trata a Lei nº 8.429/1992, será proposta perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou autoridade.
- (E) tem prevalência ainda que o inquérito policial ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.
-
54. Aos auxiliares da justiça (peritos e intérpretes) NÃO são aplicáveis as regras previstas no Código de Processo Penal relativas a
- (A) suspeição e impedimento.
- (B) prisão em flagrante.
- (C) crimes de responsabilidade de funcionários públicos.
- (D) exceção de incompetência.
- (E) nulidades.
-
55. Sobre a decretação da prisão preventiva:
- (A) Poderá ser decretada apenas após o início da instrução criminal com o recebimento da denúncia.
- (B) Poderá ser decretada para garantia da ordem econômica.
- (C) Dependerá sempre de requerimento do Ministério Público ou de representação de autoridade policial.
- (D) Não poderá ser decretada a autor de crime punido com detenção.
- (E) Não é cabível para crimes culposos.
-
56. Sobre a suspensão do processo e a produção antecipada de provas, prevista no art. 366 do Código de Processo Penal,
- (A) a decisão que determina a antecipação de prova deve ser concretamente fundamentada, não a justificando o mero decurso do tempo.
- (B) a suspensão do processo implica, obrigatoriamente, a decretação da prisão preventiva do acusado ausente, mas não a antecipação de provas.
- (C) quando se tratar de réu foragido em outro processo criminal, prescindem de prévia citação por edital.
- (D) uma vez decretada a suspensão do processo é obrigatória a produção antecipada da prova pericial.
- (E) as hipóteses de urgência que permitem a produção antecipada de provas são apresentadas em rol taxativo pela lei.

57. Sobre a decisão proferida em processo incidente de incompetência do juízo é correto afirmar:
- (A) É irrecorrível em face do princípio do livre convencimento do juiz.
- (B) Caberá recurso em sentido estrito quando concluir pela incompetência do juízo.
- (C) Caberá recurso de apelação qualquer que seja a decisão.
- (D) Caberá recurso de apelação apenas no caso que concluir pela incompetência do juízo.
- (E) Caberá agravo quando concluir pela incompetência do juízo.
-
58. Caberá ação penal privada subsidiária nos crimes de ação penal pública quando
- (A) o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial e o juiz o denegar.
- (B) o Procurador-Geral insistir no pedido de arquivamento de inquérito policial.
- (C) houver legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e o ofendido em crime de ação penal pública condicionada à representação.
- (D) o ofendido for pessoa jurídica de direito privado.
- (E) a ação penal não for intentada no prazo legal.
-
59. O princípio da busca da verdade real permite a
- (A) dilação da prescrição da pretensão punitiva enquanto não encerrada a investigação criminal em crimes dolosos.
- (B) reabertura de inquérito policial arquivado independente de prova nova enquanto não prescrito o crime.
- (C) determinação de prova *ex officio* pelo juiz.
- (D) desconsideração da confissão como meio de prova.
- (E) aceitação de interceptação telefônica produzida sem autorização judicial como indício.
-
60. Sobre o *habeas corpus* é correto afirmar:
- (A) Caberá mesmo contra punição disciplinar, se houver violação do devido processo legal.
- (B) A competência do juiz não cessará mesmo que a violência ou coação provenha de autoridade judiciária de igual jurisdição.
- (C) Não prevê em nenhuma hipótese a condenação nas custas da autoridade que tiver determinado a coação.
- (D) O Ministério Público não poderá impetrá-lo, mas apenas opinar favoravelmente à concessão da ordem.
- (E) O juiz pode determinar que o paciente, se estiver preso, lhe seja apresentado imediatamente.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

TEMA: Dos atos processuais: A citação válida e seus efeitos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	